

Trabalho apresentado no 23º CBCENF

Título: ENFERMAGEM DE PRÁTICA AVANÇADA: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Relatoria: Mayla Rodrigues Valadão Borges
Eloiza Rodrigues Vidal de Oliveira
Maria Gabriela Batista Moretti

Autores: Karina Emanuely Sant'Ana
Maria José Quina Galdino
Daniel Augusto da Silva
Maynara Fernanda Carvalho Barreto

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E GESTÃO

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: Investir na formação de profissionais qualificados e na Enfermagem de Prática Avançada (EPA) são estratégias inovadoras para enfrentar os desafios relacionados a disponibilidade de profissionais em número suficiente e qualificado para atender as demandas de saúde, a rotação e a redistribuição de tarefas em regiões com desenvolvimento limitado. A EPA refere-se a um termo utilizado para definir um enfermeiro com especialização, integrante de uma equipe multiprofissional, com mais autonomia para diagnosticar e tratar dos sinais e sintomas do paciente, de acordo com um conjunto de competências atribuídos ao enfermeiro. Entre os benefícios apresentados, destaca-se o alcance do acesso e cobertura universal à saúde, a redução do tempo de espera para atendimento e gastos. No entanto, em países menos desenvolvidos, como o Brasil, existem barreiras que dificultam a implementação da EPA. Objetivo: Identificar na literatura científica quais são os desafios na implementação da Enfermagem de Prática Avançada no Brasil. Método: Estudo de revisão narrativa da literatura norteado pela pergunta "Quais são os desafios na implementação da Enfermagem de Prática Avançada no Brasil?". Para tanto, foram realizadas buscas no Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SCIELO) no mês de julho de 2021. Foram inclusos artigos de periódicos que tratassem do objeto de estudo, no idioma português e inglês e, foram excluídos estudos de revisão de literatura. Resultados: Foram analisados quatro estudos em que os maiores desafios na implementação da EPA no Brasil estão relacionados à heterogeneidade da distribuição da força de trabalho por estado brasileiro, políticas regulatórias e falta de cursos de pós-graduação que formem enfermeiros com qualificação de prática avançada para atuar nos serviços de saúde, sobretudo na atenção primária à saúde. Ademais, a necessidade de regulamentações e leis específicas que aumentem as competências do enfermeiro como a prescrição de medicamentos e solicitação de exames clínicos. Considerações Finais: Os ministérios da Saúde e Educação, bem como Conselhos de enfermagem devem adotar estratégias de implementação atingíveis em condições nacionais, como a adequação de currículos de pós-graduação que buscam formar enfermeiros de prática avançada.